

O MUNDO EM VIRAGEM. SOCIOLOGIA DA CENA INTERNACIONAL

Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts, Instituto Piaget, Lisboa, 1999, 331 pp., ISBN 972-771-216-9

“Durante longo tempo considerada como a mediação mais segura entre o indivíduo e a cena internacional, a estrutura interestatal está hoje abalada em toda a parte. Garante cada vez menos a função securitária que lhe conferia legitimidade e só em parte responde às exigências populares de regulação social e progresso económico. E, contudo, ela não foi substituída até hoje por nenhuma outra forma de organização política durável e identificável que permita uma nova institucionalização das relações mundiais. As organizações internacionais continuam a ser instrumentos intergovernamentais sem verdadeira autonomia, mesmo que a burocracia de Bruxelas, do Banco Mundial e do Fundo Monetário façam pensar o contrário” (pp. 321-322).

Esta passagem ilustra a problemática e parte da riqueza da obra de Bertrand Badie, escrita em colaboração com Marie-Claude Smouts em 1995, e que em boa hora foi traduzida para português.

Trata-se de um notável balanço crítico da actual cena internacional, no que diz respeito aos seus aspectos estruturais. Um balanço que se escora na sociologia das relações internacionais, mas que consegue integrar uma série de perspectivas concorrentes, incluindo uma certa assinatura filosófica.

Na realidade, Badie é bem uma figura de proa da renovação da teoria das relações internacionais na perspectiva continental, em particular no espaço de cultura francófona, espaço esse de alguma maneira órfão, depois do desaparecimento de Raymond Aron.

A obra de Badie e Smouts permite decifrar a cena internacional de uma forma distinta daquela que nos habituaram nos últimos anos a maioria dos especialistas de matriz anglo-saxónica. Enquanto estes últimos, referidos globalmente, assentam a força das suas análises num empirismo cru, ou em modelos teóricos que têm por base esse empirismo, com o seu cortejo de proposições mecanicistas, Badie e Smouts preferem uma leitura mais transversal e ao mesmo tempo em profundidade, que não caindo em formalismos teóricos estéreis (e aí a familiaridade dos autores com a literatura anglófona terá sido benéfica), nem num certo tom panfletário (em que algumas vezes incorre uma figura consagrada como é Ramonet), permite levantar outras questões pertinentes: por exemplo, as relativas

ao bem comum, ou ao entendimento socio-histórico do retorno do sagrado, perspectiva que o modelo anglófono, por demais ligado a certa atitude epistemologicamente empíreo-realista, nem sempre alcança.

Para Badie e Smouts, a relação com o outro que perpassa toda a obra, e que é primeiramente a questão sociológica da quebra ou afrouxamento das clássicas fidelidades para com o estado soberano, permitindo o relançamento do indivíduo na cena internacional, é também e desde logo a questão praxista de compreensão e abertura à alteridade enquanto tal. “O “eu” e o “outro” já não é só uma questão filosófica ou um problema de relações assumido pelas autoridades do Estado” (p. 327). Uma *visée* ética aflora o discurso desde o seu início, e nesse aspecto também é esta obra muito feliz, sobrepondo-se aos questionamentos mais empiristas, ou mesmo sociologistas, que se escoram numa neutralidade impossível, quando na cena internacional, “a política estrangeira faz-se no dia-a-dia, implicando todos e cada um dos indivíduos” (p. 327).

A obra está estruturada em três partes: a primeira acerca da irrupção das sociedades e da cultura nas relações internacionais, com a consequente crise das identidades e territorialidades clássicas (westefalianas); a segunda parte versa sobre a perda das referências colectivas, tanto no que diz respeito às debilidades da regulação internacional, como ao colapso das teorias que sustentavam o *statu quo* e que parecem vacilantes relativamente às mudanças entretanto operadas; a terceira parte é uma análise das rupturas e potenciais recomposições na cena internacional (nomeadamente a cada vez mais premente problemática do bem comum), fazendo lembrar um pouco a perspectiva de James Clifford, acerca da reinvenção e do reticimento de tradições, mas num tom bem mais pessimista.

Ressalta na primeira parte a atenção dada à irrupção dos indivíduos e da agregação de opções individuais enquanto fautores (com um certo travo ao individualismo metodológico de Raymond Boudon) de desestruturação dos atributos clássicos do Estado-Nação (territorialidade, soberania e segurança) e ao mesmo tempo de reforço dos fluxos transnacionais. É particularmente pertinente a forma como Badie e Smouts mostram quanto os actores religiosos, as empresas, ou os indivíduos *per si*, aproveitando até muitas vezes os mecanismos de regulação estaduais ou interestaduais, multiplicam os centros concorrentes de racionalidade (ou irracionalidade) e de decisão nas relações internacionais (termo que muitas vezes já só possui o valor de consabido), exponenciando a instabilidade e a incerteza (p. 147).

Certamente que as repercussões deste estado de coisas são assimétricas. Por exemplo, os países do Norte conformam de alguma maneira os canais culturais e institucionais das sociedades e dos actores políticos sobressalientes do Sul, seja através da expansão do modelo cultural ocidental, seja pela educação das elites do Sul em universidades do Norte (pp. 121-122). Ainda assim, nesta obra nunca fica a ideia, exposta por outros autores e noutros lugares, por vezes apressadamente, de que quase tudo se resume a uma conspiração ocidental, em particular, norte-americana. A crise dos fundamentos atinge ambos os hemisférios, ainda que de forma muito diferenciada. Badie e Smouts não nos apresentam nem um discurso auto-flagelador, nem um discurso conspirativo, mas muito menos um discurso panegírico, quando o que mais serve a acção é um discurso crítico e de bom senso.

Na segunda parte da obra, ressalta o problema do colapso das teorias. À equação clássica do poder, determinada pela problemática da conflitualidade externa, e modelada em torno das questões de segurança, tendo como horizonte último a conflitualidade inter-estatal, Badie e Smouts respondem com uma perspectiva mais abrangente, que desloca o centro de gravidade do conceito de poder para a capacidade de determinar o modo de vida de uma grande parte dos habitantes do planeta (p. 201). Capacidade essa que se mede também muito por valores intangíveis e reacções do mesmo género, e que por isso mesmo não se pode reduzir à clássica lista de recursos mais ou menos quantificáveis necessários ao exercício do poder internacional.

O primeiro fim do poder, nomeadamente das capacidades económicas que muito o sustentam no mundo contemporâneo, poder ser simplesmente o seu usufruto e não o controlo do Outro. Badie e Smouts precizam assim a superação da retórica mercantilista, ainda hoje viva em muitos analistas (p. 207).

Mas nem por isso os autores desatendem da sociologia dos conflitos e da geoestratégia na teoria das relações internacionais. Pelo contrário, Badie e Smouts saúdam o seu reaparecimento após a década de 70, em que a geoestratégia terá sido algo esquecida por força da visibilidade da problemática do transnacionalismo (pp. 233 e ss.).

Cremos, todavia, que uma atenção mais devotada aos autores franceses que tratam da problemática da estratégia nas relações internacionais, teria demonstrado que não houve aí hiatos temporais e a surdez foi

menos geral do que se afirma (não obstante as excepções muito legitimamente recenseadas por Badie e Smouts).

Muito interessante é igualmente o balanço crítico da teoria dos sistemas nas relações internacionais. Os autores fazem inteira justiça à irreversibilidade com que as teorias sistémicas fazem agora parte do nosso património analítico. Noções como as de “complexidade”, “fluxo”, “retroacção”, “interacção”, são hoje inescusáveis (p. 213). Todavia, as abordagens sistémicas sofrem também das limitações inerentes à própria complexidade e à explosão de variáveis das relações internacionais, que tornam intrinsecamente inoperativas as ferramentas sistémicas, quando usadas de modo exclusivo. Ainda assim, pensamos que a abordagem sistémica recebe mais aprovação da parte de Badie e Smouts do que aquela que realmente merece. Mas essa é uma outra questão ético-praxista que, infelizmente, é confundida não poucas vezes com uma tese idealista. Não menos interessantes são as questões levantadas na terceira parte acerca da dialéctica de integração/exclusão, não utilizando os mesmos argumentos estafados de sempre, mas reflectindo muito a propósito sobre as teses neofuncionalistas de integração socio-política, e de como o *spill-over* e a pressão das elites na UE se conduzem às perdas de soberania clássica, não são acompanhadas pela mesma vontade de integração das sociedades, até pelo contrário (p. 261).

As lógicas de exclusão são também portadoras de retroacções inesperadas e perigosas, mercê de rupturas que só aparentemente levam para longe os perigos que nos acercam, quando os Estados do Norte radicalizam a divisão internacional do trabalho, deixando nas mãos dos Estados do Sul todo um conjunto de actividades ilícitas e fazendo deles depósitos de lixo e campos de experiências socio-políticas de todo o género (O Sul como refúgio de traficantes, base de terrorismos e fundamentalismos, local de prazeres proibidos como a pedofilia, etc.) (p. 288).

A todos os processos de integração regional e global que acabam por revelar debilidades estruturais e a todas as insustentáveis formas de exclusão, poderá responder a tese dos *global commons*. Mas a emergência dos bens comuns reproduz, na prática, todas as assimetrias e incertezas da cena internacional, sem consenso sobre que bens preservar e através de que métodos (p. 292).

“Pela primeira vez na história, o infinito do espaço e do tempo é um objectivo político mundial. Mas quem pode representá-lo, em nome de quê, com que fins e quais os meios?” (p. 311). Uma coisa é certa, a

prudência do desconhecimento impõe que a racionalidade económica clássica em termos de custo-benefício e de avaliação de preferências não seja a última palavra. Se a noção de “património comum da humanidade” foi muitas vezes factor de divisão e usada por suspeitos interesses privados, a noção de bem comum repõe a problemática da solidariedade de um modo mais equilibrado no tratamento que se quer cooperativo de um certo número de questões globais ligadas a problemas fundamentais do planeta de carácter inter-temporal (pp. 303-304).

Mas não será certo que o lema liberal (de um certo liberalismo político de matriz rawlsiana), que se refere a vícios privados como propulsores de virtudes públicas não será por enquanto a menos má das soluções?

A aliança entre o mercado e a ecologia, por força do interesse comercial da preservação do planeta (escorado no actual estado da opinião pública) e que será condição essencial de acesso privilegiado aos futuros mercados, poderá reganhar quase todos para a problemática dos bens comuns. Badie e Smouts lançam essa hipótese de forma reservada. No entanto, esta hipótese poderá ter subjacente, uma visão pragmatista menos cínica e mais edificante.

Na verdade, pode pensar-se que a mobilização em torno aos bens comuns se faz tendo em atenção bens essenciais, certamente, mas não filosoficamente universais, respondendo a uma certa forma histórica e contingente de viver a que se aspira poder desenvolver e fazer perdurar, pelo que destarte não se pode propriamente falar em “estratégias” particulares, por natureza “demonizáveis”. O interesse não é por natureza mau, exactamente porque o bem comum não é por natureza bom. E isto tão somente porque o bem comum não é *a priori*, nem ahistórico.

Em termos de balanço, cremos não dever omitir uma crítica final ao trabalho de Badie e Smouts, que se prende com uma posição acaso demasiado estendida entre os analistas da globalização. Badie e Smouts parecem tomar um pouco acriticamente a noção clássica de Estado-Nação, como entidade por definição homogénea, bem como um sentido de territorialização *more* geográfico, quando o que provavelmente estará em causa será uma reinterpretação cada vez menos representacional e cada vez mais plural do espaço, assim como um conjunto de perspectivas contraditórias acerca de rivalidades territoriais, no seio de unidades políticas tendencialmente plurais. O que poderia parecer exclusivamente um fenómeno de desterritorialização é também fruto do debate e da

fractalidade interna a sociedades que já não se deixam ver como corpos homogêneos, (se é que alguma vez o deixaram), passivamente representadas pelas suas entidades directoras em termos geopolíticos e geoestratégicos.

Uma palavra final para a tradução, que não fere o texto, se bem que aqui e ali pontuada de galicismos evitáveis, como “ozone”, ou “aporte”.